

A PRODUÇÃO SOCIAL DOS ESPAÇOS DE COLETIVOS DE TRABALHO: A PRECEDÊNCIA DA REPRODUÇÃO SOBRE A PRODUÇÃO

THE SOCIAL PRODUCTION OF COLLECTIVE WORK SPACES: THE PRECEDENCE OF REPRODUCTION OVER PRODUCTION

Viviane Zerlotini da SILVA¹

Resumo: Este artigo apresenta os estudos de caso sobre a produção social do espaço de quatro grupos de trabalho associado, localizados em Minas Gerais, os coletivos artesãos, triadoras, bordadeiras e costureiras. A pesquisa de campo foi realizada no período de julho de 2012 a junho de 2013, quando foram aplicadas 23 entrevistas em narrativa, com os presidentes das associações e seus membros. Descrevo aspectos relativos à produção social do espaço, como o controle do uso da terra, as relações de posse e propriedade, os conflitos negociados no e pelo grupo e os processos de decisão. A ênfase é nos processos de reprodução empregados pelos coletivos para a produção do espaço, compreendendo reprodução a esfera que precede a produção. O objetivo é identificar normas na esfera da reprodução que asseguram as condições de reprodução sociometabólica da espécie humana, isto é, identificar traços de uma produção autônoma do espaço. A análise de traços de autonomia na produção do espaço pelos coletivos indica a construção de mediações de primeira ordem entre o homem e a natureza e, conseqüentemente, possibilidades de livre desenvolvimento de potencialidades humanas.

Palavras-chave: produção do espaço, coletivos de trabalho, divisão do trabalho, propriedade privada e intercâmbio capitalista

Abstract: This article presents the case studies on the social production of space in four associated work groups, located in Minas Gerais, collective artisans, selectors, embroiderers and seamstresses. The field research was conducted from July 2012 to June 2013, when applied 23 interviews in narrative, with the presidents of the associations and their members. Describe aspects of the social production of space, as controlling the use from the earth, the relations of ownership and property, conflicts traded in group and by group and decision-making processes. The emphasis is on reproduction process used by collective for the production space, understanding reproduction that the scope above the production. The goal is to identify standards in the sphere of reproduction, ensuring the social metabolic reproduction conditions of the human species, this is, identify traits of an autonomous production of space. The analysis of autonomy traits the production of space for collective indicate the construction of the first order mediations between man and nature and consequently possibilities for free development of human potentials

Key words: production space, collective labor, division of labor, private property and capitalist exchange

INTRODUÇÃO

Segundo Mészáros (2011), mediações de primeira ordem que se interpõem entre o homem e a natureza não exigem relações sociais hierárquicas para se estabelecerem e tem como objetivo assegurar a reprodução sociometabólica da espécie humana. Assim, a acepção do termo reprodução, empregado por mim neste artigo, não é simples repetição ou duplicação da produção; ao contrário, reprodução antecede a produção. (KAPP; LINO, 2008). Conseqüentemente, de modo a garantir a reprodução, as normas reprodutivas colocam limites ao universo da produção e superam o trabalho alienado.

O trabalho produtivo é considerado atividade alienada quando surgem obstruções na relação de mediação primária entre o homem e a natureza. Esses obstáculos pas-

¹ Professora da Pontifícia Universidade Católica de Minas (PUC-Minas), Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil. E-mail: zerlotini@oi.com.br

sam a mediar a mediação e são denominados por Mészáros (2006) de mediações de segunda ordem, ou seja, impedem o livre desenvolvimento das potencialidades humanas. Em uma sociedade capitalista, as mediações de segunda ordem que se interpõem entre o homem e a natureza são as formas institucionalizadas de **divisão do trabalho, propriedade privada e intercâmbio capitalista** (MÉSZÁROS, 2006). Tais mediações de segunda ordem subordinam a atividade reprodutiva à atividade produtiva. É justamente essa subordinação que torna ambos, trabalho de reprodução e produção alienados.

De modo análogo, a produção capitalista do espaço é estruturada por essas três mediações, ou seja, pela propriedade privada da terra; pelo intercâmbio capitalista que submete o valor de uso da terra à lógica de acumulação do valor de troca do espaço parcelado; e pela divisão social e hierárquica do trabalho, que na produção do espaço pode ser exemplificada pela divisão vertical entre quem concebe o projeto e quem o executa a obra. Assim, qualquer prática alternativa ao modo capitalista de produção do espaço contemplaria formas de mediação de primeira ordem.

A luta pelo direito dos coletivos de trabalho² de autodeterminarem os aspectos de sua vida, bem como da produção do espaço, pressupõe a superação das relações sociais de produção e reprodução alienadas, por intermédio da prática humana autoconsciente e pela capacidade do indivíduo reproduzir-se como indivíduo social (MÉSZÁROS, 2006). Nos estudos de caso, quando os coletivos de trabalho demonstraram a capacidade de superar essas relações alienadas, essa superação se dá por intermédio da posse da terra, ao lhe atribuir usos diversos; conseqüentemente, da predominância do valor de uso do espaço em detrimento de seu valor de troca; da busca coletiva por conhecimento, e sua socialização, em suas atividades cotidianas, tanto por saber prático quanto por conhecimento teórico. Os estudos de caso³ a seguir demonstram que quando a terra se reduz à

² Coletivos de trabalhadora(s) são associações entre pessoas que se organizam não apenas para garantir sua sobrevivência, como também para obter melhores condições de vida. Os coletivos bordadeiras e costureiras surgiram de associações informais, motivadas pela necessidade de superar situações de miséria e a partir da elaboração, por uma liderança interna ou externa, de uma proposta de trabalho associado. Sua formalização em entidades jurídicas constituiu-se sempre depois de iniciadas as atividades, frente a uma exigência de órgãos públicos para autorizar a mercantilização dos produtos em espaços públicos ou o repasse de verbas de instituições de apoio. Mesmo o coletivo triadoras, cuja associação foi organizada e formalizada com o auxílio da Prefeitura de Belo Horizonte, se reuniu informalmente numa primeira fase mediante a crença coletiva, de alguns moradores da região, da possibilidade de se constituírem uma associação de triagem, não configurando plenamente o que Demo (1996) denomina de “fundação da associação por decreto”. Será visto que, no caso do coletivo artesãos, a associação surge entre o xímio artesão e a influente apoiadora de Economia Solidária, com o intuito de garantir o acesso ao mercado, seja pela qualidade do artesanato, seja por assegurar o ponto de venda para exposição do produto. A associação, com viés do empreendedorismo, reproduz, nos termos de Demo (1996), os vícios da lógica do poder de cima para baixo, como lideranças vitalícias, manipulação de seus membros etc.

³ Num primeiro momento, foram escolhidos dois grupos localizados na região da Pampulha: um de artesanato e um de triadoras de resíduos sólidos urbanos. O critério de escolha dos grupos foi a proximidade com a Escola de Design da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG). Após constatar que esses dois coletivos apresentavam estruturas organizacionais bastante hierárquicas e uma dependência grande de entidades de apoio, decidi ampliar a pesquisa para dois estudos de caso de organização mais horizontal e maior autonomia, a saber, um grupo de bordadeiras em Belo Horizonte e um grupo de costureiras numa comunidade rural no município de Belo Vale. Nesse último caso, dado a importância do trabalho de reprodução para a sobrevivência dos membros da comunidade, foi necessário ampliar o estudo de caso para toda a coletividade, de modo a evitar reduzir a coleta de dados somente à produção do espaço do coletivo de costureiras. Esses estudos foram realizados no período de 2012 a 2013, por ocasião de meu doutoramento.

propriedade e o conhecimento se reduz a um único indivíduo, nem todos os membros dos coletivos demonstram capacidade de reproduzir-se como individual social e, assim, superar a alienação. Ao contrário, quanto a prática humana autoconsciente é coletiva, todos são beneficiados. No âmbito da produção do espaço, o que determina a socialização desse conhecimento é a necessidade de garantir as condições de sobrevivência de seus membros, como o acesso à terra e a autogestão do espaço de moradia e de trabalho; esses últimos sem distinções. A precedência da reprodução sobre a produção é revelada a partir de aspectos positivos, no sentido de garantir as condições de reprodução; e, inversamente, de modo negativo, no sentido de a lógica inversa (a esfera da produção preceder a da reprodução) não garantir as condições de reprodução do indivíduo social.

1. COLETIVO ARTESÃOS⁴

O coletivo artesãos surgiu em 2004, a partir de uma parceria entre Antônio, artífice em pedras, e a presidente de uma entidade apoiadora de Economia Solidária⁵. Na ocasião a presidente da entidade era esposa de um fornecedor de pedras da empresa onde Antônio trabalhava como artífice. A partir do convite para integrar a entidade, Antônio pediu demissão e, junto com o colega de trabalho João, também artífice, deu início à organização da associação de artesanato em pedra⁶.

A precedência da reprodução sobre a produção é revelada em diferentes situações. A primeira refere-se ao fato de o coletivo artesãos estar localizado em um terreno na orla da Lagoa da Pampulha, conquistado por usucapião. Há cerca de 50 anos, os pais de Antônio chegaram nesse terreno e, em 1977, a mãe de Antônio começou o processo de usucapião, finalizado apenas em 2010. Além da casa dos pais de Antônio e do galpão do grupo, o terreno abriga a residência de Antônio e as de seus irmãos, perfazendo um total de quatro residências. Novas unidades domésticas vêm sendo implantadas no terreno, à medida que a segunda geração constitui outros núcleos familiares. A posse do terreno constitui segurança de posse para a sobrevivência da família e de seus membros. No entanto, a segurança da posse para a implantação e sobrevivência da associação, ou de um

⁴ Este item foi baseado no relatório de pesquisa elaborado em 2012 por Letícia Campos de Moura, bolsista de iniciação científica pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG), sob minha orientação. Adotamos nomes fictícios para preservar a identidade dos integrantes do grupo.

⁵ Na época da pesquisa, a entidade apoiava outros três grupos de economia solidária, como o grupo de flores e arranjos e o grupo de bordados, pintura e crochê. O apoio consistia em oferecimento de cursos manuais e busca de ponto de vendas, ponto fixo e em feiras. O coletivo artesãos, por exemplo, expõe na Feira Hippie, importante mostra de artesanato em Belo Horizonte, que ocorre na avenida Afonso Pena aos domingos. A entidade responsabilizava-se pelos trabalhos burocráticos junto à Prefeitura, de modo a obter verbas e autorização para exposição dos produtos dos grupos filiados.

⁶ Na fase inicial da pesquisa de campo, o grupo produzia pequenas peças de artesanato em pedra (adornos, relógios etc.), hoje produzindo exclusivamente bijuterias (anéis, brincos, colares), segundo orientação da entidade, que assinalou para o grupo o fato de a Prefeitura de Belo Horizonte ter redistribuído as bancas na Feira Hippie, desmembrando o artesanato de pedra em adornos e bijuterias. Devido à maior rentabilidade de venda de bijuterias, a entidade orientou a associação a produzir somente esse tipo de mercadoria.

trabalho produtivo, somente foi possível através de uma mediação capitalista, por meio do reconhecimento judicial da aquisição da propriedade do terreno da família.

Outra evidência da precedência da reprodução sobre a produção refere-se às relações de gênero entre o artífice Antônio e sua esposa Auxiliadora. Embora o coletivo artesãos seja composto por mais membros⁷ além do casal, fundamenta-se em uma relação desigual, que perpassa a esfera doméstica do casamento e a esfera do trabalho, sem transições. Antônio decide a divisão de renda, supostamente usando como critério a produtividade, a habilidade e o tipo de trabalho de cada associado. Mas há discrepâncias que fogem a esses critérios. Assim, atribui ao trabalho de acabamento das peças, realizado por ele mesmo, um valor mensal cinco vezes mais alto do que o do trabalho de montagem feito por Auxiliadora. Por sua vez, Auxiliadora trabalha além da atividade pela qual recebe⁸. Além de montar, Auxiliadora é responsável por levar peças para o banho de ouro e prata, atender o telefone, receber os compradores no local, participar dos encontros compulsórios nas entidades que apoiam a economia solidária e cozinhar para os integrantes do grupo. E no âmbito doméstico, ela não apenas dá conta dos filhos e da casa, mas também cuida do marido e de suas frequentes crises de depressão. Em tom de confissão, ela revela que também recebe acompanhamento psicológico. A rotina de trabalho é frequentemente alterada pelas crises de Antônio, que solicita a Auxiliadora e a João para desempenharem suas funções. Nessa e em outras ocasiões, ele negocia com João o pagamento pela produção; o mesmo não foi relatado sobre Auxiliadora.

Embora o grupo autodenomine-se de economia solidária, as decisões sobre as atividades do trabalho dos membros não são compartilhadas, mas definidas por Antônio, que atua como um gerente. Ele também altera as tarefas dos demais associados, mesmo já estando em fase de execução, alegando encomendas de última hora. Dessa forma, mantém o controle das atividades sob sua coordenação. A liderança de Antônio é evidente até no momento das entrevistas, pela dependência de todos os associados de seu

⁷ Os associados são quatro. Antônio (43) é líder do grupo e construtor do galpão onde trabalham, e está no ramo de pedras há quase 30 anos. Ele também direciona as atividades de cada um, dizendo o que deve ser feito e por quem. Seu papel na produção é fazer o acabamento das peças de pedra, dando-lhes forma e estética. Sua esposa Auxiliadora (40) faz a montagem das peças, mantém o relacionamento de vendas com os clientes e é responsável por comprar e transportar as peças metálicas das bijuterias. Além disso, como esposa e dona de casa, mantém as atividades domésticas. João (43) conheceu Antônio em empregos anteriores. Já trabalhavam juntos há quase 20 anos. Ele é responsável pelo processo inicial com a pedra ainda bruta, fazendo os cortes. De acordo com o serviço a ser executado, Antônio negocia com João a troca das atividades, em função do tempo disponível. Maria (39) é recente no grupo e é responsável pelos compromissos com a entidade de apoio, atividade anteriormente exercida por Auxiliadora. Segundo Antônio ela é dinâmica, e por isso desempenha o papel de relações públicas do grupo. Atualmente, Maria está cursando faculdade. Além dos associados fixos, outras pessoas participam esporadicamente da associação, como o primo de Antônio (20), que trabalha no corte da pedra, e sua irmã Joana (30), que realiza o trabalho de montagem. O aumento da equipe depende da quantidade de bijuterias em pedras encomendadas (figura 04).

⁸ Auxiliadora trabalha na varanda de sua casa. Ela diz que decidiu trabalhar ali para ficar próxima de suas atividades domésticas e, notadamente, do filho com necessidades especiais e acamado. A distribuição das tarefas por gênero determina o padrão de ocupação do espaço. Para dar conta de todas as suas tarefas, ela estabeleceu uma escala: as segundas, quartas e sextas seriam dedicadas à montagem das peças artesanais; os outros dias ficariam para as tarefas domésticas. Mas, na prática, seus trabalhos de produção e reprodução não obedecem a essa escala.

comando. Como é ele⁹ que detém o conhecimento técnico e gerencial da cadeia de produção, desde a compra da matéria prima à comercialização das peças, acabou assumindo um papel dominante nas decisões de rotina e no processo de trabalho de todo o grupo. Em uma das entrevistas, Antônio havia mencionado a intenção de construir um novo galpão, mais espaçoso, quando tivessem recursos para isso. Mas em última entrevista, abandonou essa ideia, pois agora ele pretende diminuir seu volume de trabalho, mediante a terceirização da produção para se dedicar somente à realização de contatos com os compradores e à venda da produção. Essa postura gerencial de Antônio, atrelada às relações opressoras de gênero, revela as relações hierárquicas na associação.

A divisão do trabalho em gênero favoreceu o desenvolvimento do saber-fazer de Antônio, próprio do modo de aprendizagem das corporações de ofício. A habilidade para planejar o trabalho e o espaço advém de experiências anteriores em outros empregos. Ele não só foi operário de fábrica de processamento de pedras, como também teve a oportunidade de gerenciar, adquirindo conhecimentos aplicados hoje em seu empreendimento. Em seu livro *Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora?* Jessé Souza (2010) explica que a nova classe trabalhadora é incorretamente denominada de *nova classe média*, uma vez que continua apresentando pouco capital econômico e cultural. No caso do capital cultural, por exemplo, a incorporação de disposições pelos batalhadores realiza-se por meio de aprendizagem informal, ou seja, do processo de aprender fazendo. Os batalhadores assimilam a ética do trabalho duro a partir do convívio em uma família estruturada. Portanto, caracterizam-se pelo fato de possuírem o que Souza (2010) denominou de capital familiar. Os grupos sociais que apresentam o *habitus* para o trabalho digno, conferem maiores chances de obter sucesso em uma sociedade capitalista, ao incorporar as disposições de disciplina, autocontrole, comportamento e pensamento prospectivos (SOUZA, 2010).

Aí eu aprendi... na vontade também. E era muita gente... então, como eu sempre procurei ser responsável, honesto, então a pessoa sempre me colocava na frente como encarregado, chefe, alguma coisa assim. Então essa pessoa... aí você tinha sempre que dominar alguma coisa assim de conserto, da manutenção. Aí é aonde você acaba aprendendo mesmo a montar a outra máquina, saber como é que funciona aquela engenhoca (ANTONIO, 2012).

A produção do espaço do coletivo de artesãos também se caracteriza pelo fato de as atividades de morar e trabalhar serem realizadas em um mesmo local. As decisões sobre a distribuição das atividades de produção no terreno têm o claro objetivo de preservar as atividades de reprodução. O galpão foi concebido para abrigar exclusivamente

⁹ A organização de trabalho de Antônio geralmente ocorre nesta sequência: ele recebe os pedidos por e-mail ou por telefone, confere o estoque de matéria-prima e, se necessário, realiza a compra. Informa João sobre a produção e os prazos. A montagem, porém, é instruída a cada dia. O processo de trabalho organiza-se a partir das encomendas. O líder do grupo define a compra da matéria-prima, a divisão e a organização das tarefas do dia. Cabe aos associados planejarem-se para cumprir as atividades diárias.

o maquinário de corte e a manipulação das pedras, de modo a preservar as outras atividades do barulho e do óleo em suspensão, provenientes do corte da pedra (figura 01). As atividades produtivas distribuem-se no galpão, na área externa, na varanda da residência de Antônio (figura 02) e à sombra das árvores, em função do maior ou menor grau de poluição ambiental. O ambiente de trabalho não é totalmente fechado como numa fábrica, mas implantado de forma dispersa, ora em área coberta (galpão, varanda), ora em área descoberta (mesa de trabalho embaixo de árvores). Não há restrições de acesso, somente o estoque das peças prontas possui uma porta com fechadura. A casa de Antônio torna-se uma extensão do galpão, sendo usada para atividades mais delicadas, como a montagem final dos produtos.

O galpão foi feito sem recursos financeiros por Antônio e um ajudante, a partir de materiais existentes no terreno, doações, móveis usados e sobras catadas pelo irmão de Antônio, carroceiro. Não existem portas ou janelas com esquadrias, mas apenas vãos abertos, com a vantagem de propiciarem certa flexibilidade de mudança, quando necessária. Todas as decisões relacionadas à construção do galpão foram tomadas por Antônio, desde o planejamento e até a disposição interna. Ele requisitou assistência a um engenheiro apenas para o projeto do padrão trifásico e das caixas de passagem e ligação. A instalação elétrica propriamente dita, tanto do galpão quanto de sua casa, foi feita por ele mesmo.



FIGURA 01 – Disposição das máquinas no galpão
Fonte: Moura (2012)



FIGURA 02 – Vista da casa do presidente da Associação
Fonte: Moura (2012)

Como todas as edificações no terreno, o galpão também foi construído em 2005 e foi montado com sobras de materiais doados a Antônio, como divisórias usadas, madeiras e telhas (figura 03). Segundo Antônio (2012), o galpão foi planejado para possibilitar aberturas nos períodos de calor intenso. Telhas são removidas e deslocadas para promover a circulação de ar e diluir o forte cheiro do óleo. O fato de ser construído pelos trabalhadores permite que os usuários possam realizar essas adaptações, segundo as de-

mandas do cotidiano. A despeito da precariedade construtiva, as possibilidades do saber fazer da autoconstrução residem no controle do usuário sobre o processo de produção.



FIGURA 03 – Vista do galpão construído com recursos disponíveis

Fonte: Moura (2012)



FIGURA 04 – Bijuterias feitas com as pedras trabalhadas pela associação

Fonte: Moura (2012)

No galpão ficam as máquinas de corte e polimento das pedras operadas por Antônio e por João. A distribuição do maquinário no local, ao contrário do que seria esperado, não segue a sequência das tarefas de beneficiamento da pedra (corte-beneficiamento-polimento¹⁰), como numa clássica linha de produção. Segundo Antônio (2012) e sua experiência acumulada, a disposição foi decidida priorizando-se a possibilidade de ele e João trabalharem lado a lado, sem interferências. Também houve a preocupação de manter os tambores de polimento distantes das máquinas de corte, pois estas usam óleo, que pode contaminar o polimento. Evitou-se também deixar duas serras de corte próximas, visando não acumular resíduos.

Quanto ao maquinário, ele relata que prefere os mecânicos aos automatizados, devido à facilidade de manutenção. O galpão dispõe de uma prateleira, onde ele guarda insumos, além de motores e correias para evitar a parada da produção em caso de quebras. As máquinas necessárias para o trabalho são adaptações de outros equipamentos industriais, desenvolvidos para outras funções. Antônio (2012) diz que prefere os modelos adaptados, porque são mais fáceis de manter e consertar. “A furadeira, por exemplo, ela não é uma furadeira pra furar pedra, é uma furadeira de serralheria, você faz nela uma

¹⁰ A produção segue uma ordem. Primeiro, a matéria-prima chega ao terreno e é carregada pelos homens do grupo para as proximidades do galpão, onde fica armazenada até o momento do corte. Se a pedra pesa mais de 3 kg, ela é primeiramente cortada na máquina semiautomática; se não, já é cortada nas serras de controles manuais. Para a produção de peças cilíndricas, em vez de serra é usada a furadeira. Após os cortes, as pedras são moldadas. Definidas as formas das peças de pedras, as que necessitam de coloração seguem para o forno, para serem tingidas. O passo seguinte é o polimento, um processo longo, que leva cerca de quatro a cinco dias no vibrador ou oito dias no equipamento giratório, mantido funcionando também no período da noite. Depois de polidas, as peças são organizadas, separadas e direcionadas para a montagem, que finaliza as bijuterias para venda. O funcionamento desses equipamentos no período noturno deve-se ao aumento do volume de produção e, segundo Antônio, isso é fundamental para a entrega dos pedidos nos prazos estipulados.

modificação, uma adaptação pra ela furar pedra. Então, não é uma máquina específica para aquele tipo de serviço ali não.” As máquinas são máquinas-ferramentas compostas por um motor e as ferramentas de corte, furação, acabamento e moldagem.

Antônio (2012) conta que possui uma máquina automatizada, mas que preferiu não instalá-la no galpão, pelo seu alto custo de manutenção. Há somente uma máquina semiautomática para o corte de pedras grandes. A de polimento é especialmente delicada, pois oferece grandes riscos de acidentes, se não for acomodada corretamente. Há pontos de luz bem próximos às ferramentas e adaptações para o não ofuscamento da visão. Outra adaptação são os panos úmidos nos equipamentos, para absorver o óleo empregado no seu funcionamento. A máquina de furar emite grande quantidade de óleo, exigindo equipamento de proteção.

O acesso ao espaço público para as vendas dos produtos se dá pela manutenção de relações institucionais. Periodicamente, um membro do grupo participa de reuniões e cursos promovidos pelas entidades apoiadoras, Instituição Animadora da Solidariedade (IANSOL) e Centro Público de Economia Solidária de Belo Horizonte (CPES-BH). Segundo Antônio (2012), esse relacionamento é importante para garantir a inserção da produção em feiras de artesanato, como a Feira Híppie, na qual ele estabelece contatos para encomendas de grande volume. A importância desse tipo de contatos também foi apontada por outros grupos de artesanato: encomendas grandes os tornam independentes das instituições que gerenciam o acesso desses grupos ao espaço urbano.

Em síntese, os recursos empregados pelo coletivo artesãos para a produção do espaço voltaram-se para a ocupação¹¹; a autoconstrução; a manutenção das edificações e maquinários realizada a partir do conhecimento e domínio dos mecanismos desses aparatos técnicos; a localização do trabalho no mesmo espaço da moradia; o saber prático sobre as especificidades do trabalho produtivo; as relações sociais de Antônio, de modo a firmar as parcerias necessárias à formação de uma associação e à exposição dos produtos em feiras; a perversa relação de gênero com a esposa, cujo trabalho de reprodução e produção libera Antônio para as tarefas que agregam mais valor na cadeia produtiva.

2. COLETIVO TRIADORAS¹²

A história de produção do espaço de trabalho da Associação de Reciclagem de Materiais da Região da Pampulha revela um processo de luta de dois movimentos: por um lado, a luta de mulheres pobres para sair da miséria; por outro, a luta dos técnicos da Prefeitura para viabilizar a associação. Essa surgiu em meados de 2004, a partir de uma

¹¹ Cabe o termo ocupação em vez de invasão, considerando que a área, antes sem nenhum uso, não realizava a função social da propriedade, como prevêem os artigos 182 e 183 da Constituição Federal de 1988 e o Estatuto das Cidades (Lei 10.257/2001).

¹² Este item foi baseado no relatório de pesquisa elaborado em 2012 por Talita Marques Soares, bolsista de iniciação científica financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG).

mobilização da Gerência Regional de Políticas Sociais sediada na Prefeitura Regional da Pampulha, motivada pela diretriz política de criar associações de geração de trabalho e renda para extinguir os bolsões de pobreza na região. Esse estudo de caso revela como a pobreza e a tutela do Estado mantém relações sociais opressoras, advindas das mediações de segunda ordem, em especial a divisão do trabalho entre quem concebe e quem executa. No entanto, as contradições inerentes ao processo de produção do espaço revelam tentativas, por parte do coletivo, de superação dessas relações. Apesar do predomínio do capital social e cultural vastamente empregado pelos técnicos para produzir, de forma heterônoma, a associação e seu espaço, esse processo não se faz sem a ação direta do coletivo.

A mediação de segunda ordem, divisão vertical do trabalho, está presente na concepção da associação, sua gestão e de seu espaço por técnicos da prefeitura. Antes da formação da associação, os técnicos fizeram cursos de capacitação para estudar temas como o cooperativismo, a criação de associações e desenvolvimento sustentável. Discutiram as várias possibilidades de trabalho associado e escolheram as atividades de catação e triagem, seguindo uma indicação de um professor do curso de desenvolvimento sustentável: o uso de matéria-prima da região. Definida a atividade, a Regional distribuiu panfletos em bairros, vilas e favelas, convocando interessados em participar da formação de uma associação. Embora o objetivo fosse atingir os catadores individuais que já trabalhavam nas ruas da região, o público maior foi de donas de casa interessadas em obter uma fonte de renda. Atualmente, apenas uma ex-catadora individual pertence à associação. Após a formação do grupo, começaram a estudar o estatuto e a providenciar a legalização da associação e sua inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ). Em 2004, a Regional cedeu um pequeno espaço, debaixo de uma árvore, para que as mulheres pudessem separar o material coletado. O espaço foi posteriormente coberto por uma lona, para proteger o material da chuva. A Regional também fez uma segunda mobilização nos bairros da Pampulha para sensibilizar os moradores para a importância da atividade dos triadores. Mas, quando as atividades de catação na rua iniciaram, muitas associadas desistiram. A retirada era baixa e isso causava desânimo e indignação.

A Regional Pampulha passou então a articular parcerias para tornar a associação viável. A Superintendência de Limpeza Urbana (SLU) se dispôs a entregar material para triagem, o que dispensou o trabalho de coleta porta a porta pelas associadas. Uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) apoiou a associação em cursos de formação de cooperativa e de contabilidade. Compradores de material reciclável foram contatados para garantir a venda da produção. Todas essas iniciativas possibilitaram o aumento do volume de material, tornando inviável a triagem no espaço cedido pela Regional e demandando a construção de um galpão para abrigar a associação.

Segundo a Presidente da Associação e a Assistente Social (2012), o terreno foi cedido pela Prefeitura e a verba para a construção foi obtida a partir de uma emenda parlamentar destinada a projetos relacionados ao transporte urbano¹³. Um arquiteto da Prefeitura foi o responsável pelo projeto. Segundo o depoimento desse profissional, utilizou-se como base de estudo projetos de galpões já existentes. Houve reuniões em que foi pedido aos associados que fizessem desenhos e sugerissem o espaço para a colocação de materiais e equipamentos. Mas, segundo a presidente (2012), a falta de conhecimento do grupo sobre o que seria o processo de trabalho na triagem manual dentro do galpão constrangeu a participação efetiva das associadas em sua concepção. Houve somente uma validação do projeto do arquiteto pela presidente. Nessa ocasião, ela solicitou uma mudança de setorização no mezanino, de modo a aproximar o refeitório da cozinha. O galpão¹⁴ localiza-se em uma avenida de grande movimento na região norte de Belo Horizonte. O grupo associado possui a concessão de uso do terreno e do galpão, que pertencem à Prefeitura. O arranjo inicial, previsto no projeto de arquitetura, foi totalmente modificado quando a associação apropriou-se do espaço. Havia sido planejada, por exemplo, uma área junto à entrada de pedestres que funcionaria como uma pequena loja de artigos reciclados produzidos pelos associados. A loja não era viável, pois demandava alguém disponível todo o tempo para a recepção. Atualmente, a associação usa o espaço da loja para cursos e reuniões. Além disso, o projeto previa uma setorização do espaço interno, com sinalização indicando os locais de depósito de cada material. Porém, essa setorização não é efetiva, pois não acompanha a alta demanda de material e a rotina de atividades. Além disso, a altura das vigas da estrutura não permite a entrada dos caminhões que carregam o material triado, o que causa atrasos e perdas de material em dias de chuva. O arranjo inicial não se manteve, o espaço modificou-se de acordo com as demandas do trabalho ou dos próprios materiais, como os mais pesados e de difícil transporte e os que não podem ficar expostos, como o papel branco. À medida que os cooperados ganhavam experiência nas tarefas, foram desenvolvendo novos arranjos, de forma a facilitar o trabalho. Em uma entrevista coletiva, três associadas relataram que ocuparam o local por tentativa e erro, na medida em que as demandas surgiam, segundo prioridades de produtividade. Por exemplo, a demanda por carregar fardos de PET era mais urgente, do que proteger da chuva os fardos de papelão, devido à necessidade de dar agilidade a esse carregamento.

¹³ A assistente social recebeu a ligação do gabinete de um deputado, informando sobre a emenda, e viu uma oportunidade para a construção do galpão da associação. Ela elaborou uma justificativa para relacionar a triagem com o transporte público, para que pudessem prosseguir com o projeto. Parcialmente aprovado, era preciso apresentar o projeto do galpão, já que a área da Prefeitura estava disponível.

¹⁴ A associação hoje está instalada em dois galpões em um shopping center. O primeiro galpão tem área de 200 metros quadrados e foi cedido pela Prefeitura de Belo Horizonte, em contrato de comodato para uso de dez anos. O outro galpão tem área de 1.500 metros quadrados, alugado pela Prefeitura. O espaço de trabalho do shopping center não foi objeto de estudo, considerando-se que somente um associado trabalha no local. Embora os dois galpões tenham sido visitados para realização da pesquisa, optou-se por apresentar somente os dados do primeiro. Todos os dados neste artigo referem-se aos membros associados que trabalham nesse galpão.

Após esse período, devido ao aumento contínuo do volume de material, houve mais adequações no espaço, desta vez sua ampliação (figura 06). A Presidente da Associação (2012) conta que os associados olhavam para o lote ao lado, onde antigamente funcionava a garagem de um motel, e enxergavam baias para a triagem de material. Nessa época, a área estava completamente abandonada e servia de abrigo para usuários de *crack* que, diversas vezes, invadiam o galpão para cometer pequenos furtos. A área era perfeita para acomodar o material a ser triado, que já não cabia no galpão. A iniciativa¹⁵ partiu da presidente da associação e teve o apoio dos associados. Com o tempo perceberam que a Prefeitura não os obrigaria a deixar o espaço ocupado, porque, para atingir as metas, o Poder Público precisava descarregar todo o material e não havia outro lugar disponível. Essa ocupação de propriedade ocorreu no final do ano de 2007. Devido ao aumento de demanda por maior volume de material a ser triado, a área externa recebeu uma cobertura. Os associados providenciaram a cobertura de parte dessa área em 2010, desembolsando cerca de oito mil reais dos recursos da própria associação. Foi necessário um planejamento de poupança de um ano e meio para arrecadar a quantia, já que tinham comprado também a Kombi para o transporte de material.

A busca por processos de produção mais eficientes, do ponto de vista da produtividade ou da saúde do trabalhador, determina constantes alterações do espaço pela associação. Essas decisões sobre a produção e gestão do espaço foram tomadas pela presidente da associação, à medida que as demandas surgiam. Ela relata (2012) que quando surge uma dificuldade sempre fica atenta, procurando possíveis soluções em todas as instâncias que lhe fornecem informações novas, tais como as reuniões na Prefeitura e com as entidades de apoio, as visitas em outras associações e o relacionamento com técnicos de várias instituições, como as universidades. Quando encontra uma solução, seja a ocupação da edificação ao lado do galpão, ou a construção de um galpão aberto ou a compra de um equipamento, ela reporta-se aos associados em assembleias, para validar a decisão. Apesar do espaço ser de propriedade da prefeitura, e não da associação, a presidente elaborou um acordo velado com os técnicos de modo que conseguisse implantar todas essas alterações, sem uma autorização formal.

¹⁵ Ela acompanhou os dias em que os usuários de crack deixaram o espaço. Foram retirados os pertences deles e, em mutirão, fecharam a entrada da rua que dava acesso ao espaço. A presidente da associação conta que mantém um cão no local para evitar a invasão dos usuários de crack, que constantemente ameaçam voltar. A quebra do muro (figura 06) entre a área e a cooperativa foi feita aos poucos. Os associados tinham consciência de que se tratava de uma ocupação e tinham medo de que o proprietário acionasse a polícia e gerasse algum problema. Com ferramentas próprias, eles quebravam um pouco do muro a cada dia. Quando a abertura atingiu um tamanho suficiente para a passagem dos bags (sacos grandes para deposição do material triado), os associados usavam-nos para cobrir o buraco quando o caminhão da Prefeitura chegava para descarregar o material, escondendo a entrada improvisada.

	
<p>FIGURA 05 – Área interna do galpão ocupada com material triado</p> <p>Fonte: Soares (2012)</p>	<p>FIGURA 06 – Cobertura construída com recursos próprios e a abertura no muro para a área ocupada (à direita)</p> <p>Fonte: Soares (2012)</p>
	
<p>FIGURA 07 – Box de triagem</p> <p>Fonte: Soares (2012)</p>	<p>FIGURA 08 – Carrinho empregado para transporte de material triado dentro do galpão</p> <p>Fonte: Soares, (2012)</p>

Nas sete baias ocupadas (figura 07), onde se faz a triagem individual ou em dupla, dependendo da quantidade de associados, são depositados os materiais¹⁶. O caminhão os coloca no fundo da baia e os triadores dispõem os *bags* do lado de fora. A meta de cada triador é esvaziar a baia, pois o recebimento de material novo depende disso. Todos os triadores organizam seu trabalho de forma similar e rotineiramente, sem pedir instrução¹⁷. O material é depositado nas baias pelo caminhão e, no caso do papel, é descarregado no galpão coberto. A atividade de triagem é feita manualmente¹⁸. Segundo relato da

¹⁶ Atualmente, a associação recebe material da Prefeitura, pelo Programa de Coleta Seletiva que ocorre nos bairros da Zona Sul (Serra, Santo Antônio, Belvedere), bem como da parceria com a UFMG e a UEMG e com empresas como Supermix, Cimento Cauê etc. Essas instituições levam o material até a associação ou, em alguns casos, a associação busca o material. O volume de material recebido até ultrapassa a capacidade da associação, mas ela nunca o recusa, para evitar conflitos com os órgãos municipais que a apoiam. A administração da associação negocia com os triadores esse recebimento. São frequentes as situações em que material não triado é descartado para dar lugar a um carregamento extra. Esse descarte é realizado pelo caminhão da SLU, que o transporta para o aterro sanitário de Belo Horizonte.

¹⁷ A atividade de triagem na associação obedece à seguinte sequência: descarregamento do material nas baias; triagem grossa (papel-plástico-metal-vidro); triagem fina (papel-plástico); pesagem; prensagem (papel-plástico) e ou enfiamento (papel-plástico); carregamento do material triado.

¹⁸ Os bags de separação do material são colocados próximos ao triador. Os que contêm materiais mais leves, como sacos plásticos e papel, ficam mais perto do triador. Aqueles que estão com materiais mais pesados e que podem ser lançados com facilidade, como latas e embalagens, ficam mais distantes. Para ajeitar os bags que estão longe, usam uma vassoura ou outro artifício, mas

presidente da associação (2012) esse tipo de triagem causa muitas dores no corpo o que leva ao uso frequente de analgésicos pelos associados. A associação estuda a possibilidade de instalar uma esteira para o processo de triagem, a fim de diminuir as dores.

Os associados também realizam atividades de reprodução no espaço da Associação, embora em menor porte. Alguns almoçam ali, outros recebem filhos e lancham juntos. Em intervalos de descanso dormem, tomam banho após o expediente. A presidente mora em uma das construções ocupadas da cooperativa, desde que sofreu um acidente de trânsito e ficou impossibilitada de andar durante o longo período de recuperação. No barracão onde ela reside¹⁹ funciona o escritório da cooperativa, para facilitar o desenvolvimento do trabalho, durante o seu período de restabelecimento. A maior parte das triadoras reside em situação precária, em favelas sob ameaça de remoção, em bairros distantes na periferia de Belo Horizonte onde o preço da terra é menor, e de favor em casas de familiares. Somente a Presidente da Associação e uma associada moram em favelas consolidadas, próximas ao galpão. Essa separação do espaço de trabalho e moradia, fundamental para a reprodução do trabalhador alienado, contribui para manter as triadoras em situação de vulnerabilidade social.

De maneira geral, os recursos empregados no galpão de triagem são próprios de uma produção heterônoma do espaço. Eles prevaleceram na fase inicial da constituição da associação, enquanto o processo decisório estava sob responsabilidade dos técnicos da Prefeitura. Os técnicos empregaram o projeto e todo o aparato elaborado a partir dele como “orçamentos, alocação de recursos, cronogramas, aprovações legais etc.” (BALTAZAR; KAPP, 2006, 94); o capital cultural, a fim de converter o conhecimento técnico em argumentos de autoridade e, assim, obter os recursos econômicos e não econômicos necessários para a implantação da proposta; o capital social, para ter acesso privilegiado à informação, como no caso da emenda parlamentar e do profissional disponível para projetar o galpão. Os técnicos também empregaram o recurso da pressão popular orientada, no sentido de indicar para os integrantes do grupo o horário e o local onde os políticos estariam, de modo a reivindicar uma tomada de decisão favorável à constituição da associação.

Traços de autonomia são restringidos às decisões da presidente da associação, quando emprega recursos de auto-organização do espaço como a ampliação e a reforma; a invasão e a ocupação de nova área; a rede de relacionamento, no sentido de buscar

evitam deslocar-se sem necessidade. Os associados costumam fazer uma primeira separação dentro das baias e geralmente no período da tarde, quando estão mais cansados, sentam-se próximos a esse material previamente separado e fazem uma segunda separação, mais minuciosa.

¹⁹ Outra associada cuida voluntariamente da preparação das refeições na casa da presidente da cooperativa, devido à impossibilidade desta de assumir a tarefa durante a recuperação. Ela recebe um valor mensal da presidente, não advindo das receitas da associação, para cobrir o tempo em que ela estaria na triagem. Outras pessoas não associadas também utilizam o espaço esporadicamente. Alguns funcionários uniformizados da Superintendência de Limpeza Urbana (SLU) fazem horário de almoço em um corredor externo ao galpão, de forma muito natural, pois não pediram permissão para tal, nem nunca foram questionados.

conhecimento de técnicos apoiadores quando um problema era identificado e a fim de estabelecer e manter parcerias fundamentais para a continuidade das atividades da associação; a localização da moradia no mesmo local do trabalho, no caso da presidente da associação; o desempenho de algumas atividades reprodutivas no local do trabalho, como o cuidado de crianças e a alimentação do grupo; a destinação de atividades menos dispendiosas para idosos e doentes; a auto organização do tempo de trabalho em função de atividades domésticas e de cuidado; a ajuda mútua em tarefas corriqueiras, como carregar fardo e transportá-los; o “fazer vaquinha” para obtenção de recursos para ampliação e reforma do espaço; o mutirão para reformar o espaço etc. Esses recursos não são suficientes para conformar autonomia, devido à concentração do processo decisório na pessoa da presidente da associação e à escassez de informações técnicas e jurídicas. Há três fatores que concorrem para a manutenção dessa situação. Primeiro, o fato de a presidente demonstrar competências e habilidades, a fim de mobilizar os recursos básicos para a sustentabilidade econômica da associação; segundo, os escassos recursos cultural e econômico dos membros associados, que não conseguem desenvolver as competências necessárias para a tomada de decisões; e terceiro, a dependência da associação em relação à Prefeitura, que restringe o processo decisório da associação ao articular as relações comerciais (fornecedores e compradores), determinar o volume de material a ser triado (independente de sua capacidade), e controlar as reformas do galpão (a edificação pertence à Prefeitura), a despeito das expansões que a Associação realizou no local.

3. COLETIVO BORDADEIRAS

O grupo *Mulheres da Vila* foi iniciado em 2005, com a criação de uma associação de costureiras e bordadeiras para produzir peças de artesanato. A associação foi formalizada em março de 2006, a partir da demanda de comercialização das peças em feiras localizadas em outros estados brasileiros. Mas o local denominado *Comunidade Maloca* já existia há 11 anos e foi construído pelo casal Luciano e Sandra, a fim de abrigar um espaço comunitário. Luciano (2013) relata que no começo não sabiam ao certo o que seria, mas como o artesanato estava sempre presente na sua vida, pois sua esposa trabalha como artesã, a associação foi constituída em função da produção de artigos artesanais de retalhos de pano. Quando ele saiu do trabalho formal, decidiram aos poucos viver de artesanato. Luciano (2013) conta que, na época, Sandra criou uma forma diferente de fazer artesanato (produzir colares com caracóis de retalhos de malha de algodão). O sonho realizou-se quando o casal entendeu que deveria abrir as portas do espaço e partilhar “o mundo novo, outro mundo possível e necessário que a gente vinha sonhando nos fóruns sociais mundiais, nos movimentos, na caminhada de sempre, na revolução de sempre, tudo fica [...] palavras vazias se a gente não pratica mesmo” (LUCIANO, 2013). A ideia era partilhar o espaço e também o trabalho e a produção.

A Comunidade Maloca está localizada no bairro Enseada das Garças, cerca de um quilômetro a sudeste da Ocupação Dandara e um quilômetro e meio a sudoeste da Vila Apolônia, ambos locais de moradia de vários integrantes desse grupo de trabalho. O terreno foi adquirido pelo casal de mobilizadores sociais em 1999, com o objetivo de realizar o projeto comunitário. A área de 1.100 metros quadrados abriga uma construção principal (a sede da instituição), com área aproximada de 120 metros quadrados, uma construção menor denominada por todos de Capelinha (uma maloca de pau-a-pique onde o grupo reúne-se para encontros periódicos), com área aproximada de 10 metros quadrados, uma construção anexa à construção principal (área de serviço, depósito, oficina, garagem etc.), além de área coberta de churrasqueira com fogão à lenha e cercados para a criação de animais de pequeno porte, como galinhas e coelhos. O restante do terreno é gramado e há muitas árvores e arbustos (figura 09).

Até o ano de 2001, o casal morava na Vila Apolônia e sempre participou da luta dos moradores pela conquista de melhores condições de vida. Após obter melhorias na infraestrutura e de novas casas serem construídas longe das áreas de risco, as mulheres começaram a indagar-se sobre outras fontes de renda, já que não tinham emprego (ou melhor, habilidades para o emprego assalariado). A história de luta da Vila Apolônia confunde-se com a história do grupo Mulheres da Vila e do projeto social Comunidade Maloca. Também nesse coletivo, a garantia da posse do terreno das moradias, liberou os integrantes do grupo para que pudessem organizar as atividades produtivas. Em maio de 2003 o casal convidou as vizinhas Maria, Preta e Maria Luzia (esta última saiu do grupo) para fazer artesanato juntos. Começaram a fazer colares de retalho de malhas. No início, conseguiam doações e participavam de algumas feiras móbidas, com pouco retorno financeiro, depois começaram a comprar retalho no quilo e a participar dos fóruns municipal e metropolitano de economia solidária. Assim, ficaram “mais afinados e a coisa foi fluindo” (LUCIANO, 2013).

Outro acontecimento favorável à associação foi a conquista na Avenida Bernardo Monteiro, em fevereiro de 2007, do Espaço da Cidadania. Nesse lugar há vários grupos de economia solidária acompanhados pelas secretarias estaduais, como, por exemplo, os grupos de idosos e negros. O Mulheres da Vila, graças à Coordenadoria dos Direitos da Mulher (CONDIM), conseguiu um espaço para expor nessa feira, considerada pelo grupo um ponto muito bom para comercialização.

Depois de dois ou três meses, surgiram mais mulheres interessadas em participar do grupo. Apareceram Nilda, Dona Marlene, outras pessoas da Vila Apolônia e Reci, cujo marido trabalhava como caseiro de uma chácara no bairro. O grupo começou a produzir bordados de linha grossa e saias de retalho. Hoje faz uma produção variada como vestidos, bolsas e colares, e oferece serviços como cursos de formação. Atualmente, o grupo é composto por 44 mulheres e um homem. Várias delas moram em outros municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte. A maioria das mulheres é pro-

veniente do interior de Minas e, embora more em área urbana, apresenta habilidades rurais, que podem explicar a capacidade de produção artesanal.

As atividades exclusivamente orientadas para o mercado externo são o artesanato e, em proporção bem menor, a prestação de serviços, como oficinas de artesanato em eventos e feiras. O que regula a produção é uma lógica denominada por Sandra de *mercadoria de giro*. A fim de o grupo obter uma boa sobra na venda de produtos, e para que todas as peças produzidas possam ser reembolsadas, é necessário realizar muitas feiras. Para isso, deve-se ter um grande estoque de mercadorias. Não há um regime de trabalho estipulado: todos atuam para manter ou aumentar o estoque da *mercadoria de giro*. Quando perguntei sobre a organização do trabalho, os membros da associação deram respostas similares: cada um determina o tempo de trabalho e a sua contribuição ou cada um esforça-se segundo a demanda.

Para fabricar qualquer produto em retalhos, primeiro os tecidos são cortados em quadrados ou retângulos e emendados, depois as peças (vestido, bolsa etc.) são cortadas e costuradas e, finalmente, bordadas. As etapas iniciais desse processo (corte e emenda dos retalhos e corte das peças) são executadas na Maloca pelas chamadas *facilitadoras*, que também assumem tarefas de reprodução (limpeza, cozinha etc.). As outras etapas são executadas pelas costureiras e bordadeiras em suas próprias casas. De acordo com Sandra (2013), essa foi a estratégia encontrada pelo grupo, considerando-se que a maioria das associadas não mora perto da Maloca. Mesmo as mulheres que moram na Vila Apolônia andam um quilômetro e meio para chegar ao local. Em encontros quinzenais às quartas-feiras, costureiras e bordadeiras recebem o material de trabalho e entregam a produção anterior. Além disso, esses encontros servem para que as companheiras discutam em conjunto os modelos das peças e os desenhos dos bordados, sugerindo umas às outras ajustes e melhorias.

Tanto as facilitadoras quanto as costureiras e bordadeiras trabalham segundo a demanda e quando estão disponíveis, não seguindo nenhum regime de trabalho rígido. As tarefas são organizadas segundo o espírito comunitário. Cada atividade é executada de acordo com o interesse e a habilidade dos membros do grupo. Há uma ajuda mútua baseada na experiência e história de vida dos integrantes. O respeito às características pessoais também é muito valorizado. Sendo assim, há diferenças na dedicação e na disponibilidade de cada uma às atividades do grupo.

O único homem, Luciano, parece ocupar-se de tarefas burocráticas como elaborar projetos, manter contatos, pesquisar sobre feiras e eventos, regularizar documentação, além de elaborar molduras de madeira para espelhos e enfeites de fuxicos, exercer a função de motorista e cuidar de seus dois filhos. Luciano (2013) conta que, no início, registraram o grupo como microempresa. Há dois anos descobriram que o associativismo era mais viável. A associação de artesanato da Comunidade Maloca foi criada

para facilitar o projeto, obter CNPJ, participar de eventos, feiras, emitir nota fiscal. A necessidade de emissão de nota fiscal ocorreu em função do cliente lojista. Em 2010, começaram a viajar e, como o fiscal da receita pede a nota, tiveram outro motivo para oficializar a associação. Segundo Luciano (2013) foram formalizando o grupo, devido às leis da União. Ele reclama dessa parte, por ser muito burocrática, mas entende que o grupo precisa dela. O grupo mantém relações com entidades apoiadoras de economia solidária e de comércio justo, além de sempre integrar movimentos sociais de direitos à moradia e da mulher. O acesso à informação e às oportunidades é obtido por meio dessa rede de relacionamento.

As vendas dos produtos são realizadas em feiras, em sua grande maioria. Sandra (2013) explica que é necessário participar de muitos eventos para que o dinheiro das vendas supere as despesas com a manutenção da sede (água, luz, telefone, alimentação), os impostos, o honorário do contador, a compra de *stands* nas feiras grandes e o transporte terrestre ou aéreo. O grupo participa de feiras solidárias fixas (aquelas em que a exposição é gratuita), como a feira da Avenida Bernardo Monteiro, e de feiras em eventos de Economia Solidária ou em encontros, seminários e congressos. Participa também de *feiras capitalistas*, cujo aluguel de *stand* pode variar de R\$ 1.000,00 a R\$ 4.000,00. Sandra e outras companheiras são as responsáveis pelas vendas nesses eventos. Ela relata a superação de algumas mulheres ao desempenharem essa tarefa: a culpa por estarem ausentes de casa durante o período de viagem; a ansiedade em lidarem pela primeira vez com cálculos matemáticos; ou a timidez diante do cliente são exemplos citados por Sandra e vivenciados pelas mulheres que se propuseram a acompanhá-la nas feiras. Ela também destaca o ato da venda como um ritual, quando conta a história do grupo para os clientes e os valores agregados ao produto, como a solidariedade e a sustentabilidade.

Diferente dos outros grupos observados na pesquisa de campo, o Mulheres da Vila paga antecipadamente as peças produzidas por seus membros. Nos outros, os membros somente recebem pelo produto após a venda. No Mulheres da Vila, o grande volume de mercadoria de giro proporcionou caixa suficiente para o pagamento assim que o membro finaliza o produto. Mas Sandra (2013) conta que nem sempre ocorreu dessa forma. No início, a sobra era muito pequena e havia mulheres que abdicavam de sua parcela para auxiliar companheiras em situações de maior necessidade. Ela explica que o grupo trabalhou para mudar a forma de pagamento devido à alta rotatividade dos membros. Estes desistiam de participar porque não tinham a certeza de receber o dinheiro para comprar o alimento do dia. Atualmente, a média de retirada chega a um salário mínimo, em proporção ao tempo trabalhado. As facilitadoras também retiram em média um salário mínimo. No entanto, para a maioria das mulheres, o artesanato não é a única fonte de renda. Principalmente para as bordadeiras e costureiras, o artesanato é uma estratégia de sobrevivência dentre outras, como o trabalho de diarista, de cuidadora de idosos, bolsa família etc.

Além da partilha de dinheiro por peça produzida, outro critério adotado é a frequência às reuniões ou Rodas de Conversa. O grupo reúne-se quinzenalmente na Maloca. Mais que uma simples reunião, ou partilhamento da produção, esses encontros têm um ritual bem específico e objetivam o bem-estar das mulheres. Elas podem expor suas questões pessoais livremente e encontram apoio. Esses encontros ocorrem às quartas-feiras e observa-se que as atividades de reprodução e produção misturam-se. Há dois momentos: um na parte da manhã, que consiste na Roda de Conversa, e o segundo na parte da tarde, com o momento de partilha pelos membros²⁰.

FIGURA 11 – Distribuição das edificações no terreno



²⁰ Em visita técnica no dia 29/05/13, acompanhei as atividades do grupo. A Roda de Conversa ocorre na maloca menor, denominada de Capelinha, onde as mulheres têm a oportunidade de verbalizar suas angústias e expectativas, e os membros responsáveis pela organização das atividades apresentam informes. Minha presença provocou certo constrangimento, sendo que numa ocasião houve uma discussão no grupo em relação ao projeto de fundo rotativo para reforma de moradias, o que estimulou falas de esclarecimento e exposição de argumentos pelos membros. Entendi que a Roda de Conversa desempenhava também a função de discussão de pontos de vista conflitantes. Luciano acredita que o melhor produto do grupo é a roda, na qual há uma oportunidade de as mulheres conhecerem-se, unirem-se, aprofundarem-se no espírito comunitário, solidário e afinador do trabalho. “É a alma do negócio”, conforme Luciano (2013). Na reunião da manhã, o informe do dia referia-se à minha visita e ao meu interesse de realizar a pesquisa; à última feira realizada; à demanda por realização de cursos em feira (o aluguel de um stand fica mais barato quando o feirante oferece cursos no evento); à oferta de cursos de capacitação gratuitos pela Prefeitura; ao projeto de crédito solidário para moradia; e ao projeto, em vias de aprovação, que destina recursos, entre outras coisas, para o treinamento das mulheres da Maloca. Os informes foram dados, de forma espontânea, à medida que a reunião transcorria, logo depois da minha solicitação de apresentação. Após a cantoria e a fala de boas-vindas de Terezinha, Luciano apresentou-me ao grupo. Expliquei o motivo de minha pesquisa, dizendo que meu interesse em conhecê-las era para entender como conseguiram organizar o local de trabalho da associação. Pedi que cada uma se apresentasse, dissesse a função que desempenhava e os motivos que a levaram a participar do grupo. O segundo momento ocorre na parte da tarde, na sala de jantar da Maloca (figura 10). Todos reuniram-se em volta da grande mesa de madeira bruta para discutir os valores de cada peça, apreciar bordados, sugerir desenhos e solicitar opiniões. A discussão dos valores das peças foi acalorada, havendo uma mudança dos valores de pagamento por peça, mas o registro não foi realizado claramente. Havia uma anotação em uma caderneta a lápis, mas a dúvida residia na desproporção de aumento dos preços de algumas peças. Os preços são determinados em assembleias, que eram mensais e hoje ocorrem no máximo duas vezes ao ano. A frequência maior de encontros no início é necessária, para auxiliar a consolidação do grupo e o fortalecimento das relações entre as mulheres. Após a avaliação das peças bordadas por Nilda, o valor é anotado em uma caderneta e cada uma, recebe sua quantia. Os critérios de avaliação são o tipo de peça (vestido, saia, blusa etc.), tamanho (P, M, G) e bordado cheio ou vazio, isto é, a quantidade de tempo necessária à tarefa de bordar.

Legenda:



Fonte: Google Maps

Para além do discurso apaziguador de Luciano, é possível perceber na entrevista com uma facilitadora, Maria, a relevância desses encontros na vida prática das associadas. Maria é uma associada que está no grupo desde a sua formação e que mora na Vila Apolônia. Tem uma história de luta pela sobrevivência como outras associadas ou moradoras da vila, advindas de relações de opressão de gênero e de sua condição de miséria. Segundo ela, a roda de conversa é a oportunidade para as mulheres que sofrem alguma violência doméstica, de maridos ou filhos, exporem sua situação. A socialização das experiências funciona como um estímulo para que elas determinem outras normas nas relações. Ainda, de acordo com Maria, são comuns os casos em que as mulheres acabam separando-se dos maridos. No caso de Maria, não posso afirmar que ela conseguiu emancipar-se de relações opressoras de gênero, mas o fato é que, na visita à sua casa, encontrei seus filhos homens preparando o jantar, em companhia de suas esposas, demonstrando certa divisão horizontal de tarefas na família.

Na associação, os membros ocupam-se, além da produção de artesanato e da venda dos produtos, de atividades domésticas, como o preparo de comida, limpeza do local, cuidado de crianças, adolescentes e idosos, lazer e de atividades burocráticas, como a elaboração de projetos para obtenção de recursos junto a instituições apoiadoras de economia solidária. A associação também faz questão de manter contato com outros grupos de movimento social e de economia solidária, por meio dos quais obtém conquistas determinantes para a sua sobrevivência. Como já citado na história do coletivo de trabalhadores, as conquistas referem-se à regularização da área ocupada pelas famílias na favela Vila Apolônia, melhoria da infraestrutura do bairro e acesso ao espaço público por meio de feiras capitalistas (aquelas que cobram para expor) e feiras solidárias. Como o grupo ocupa-se do bem-estar de todos os membros, a escuta, as orientações e os esclarecimentos são frequentes entre eles. A comunidade também se reúne para organizar festas, como a festa *julina*, denominada de Arraial de Sant'Ana, Roda Saia e a confraternização de fim de ano.

O grupo tem planos de transformar a Maloca em um centro de comércio justo, com produtos de economia solidária, inclusive de outros grupos do país e da América Latina, como, por exemplo, produtos do Vale do Jequitinhonha, da agroecologia familiar e solidária, mel, açúcar mascavo, argila medicinal, cachaça. O interessante é que Luciano faz questão de manter a casa abastecida com esses produtos. O grupo está em

contato com a Plataforma de Articulação do Comércio Justo e Solidário FACES do Brasil,

[...] uma plataforma constituída por importantes atores do movimento do Comércio Justo e Solidário brasileiro, entre ONGs, articulações de produtores e representantes governamentais, que atua desde 2002 com a *missão de fomentar a construção do comércio justo e solidário, como instrumento de uma economia inclusiva, solidária e sustentável* (FACES DO BRASIL, 2013, p. 1, grifos do autor).

Como no caso do coletivo anterior, há uma separação entre a concepção e o uso na produção do espaço da associação. De modo diferente dos técnicos da Prefeitura no caso do galpão de triagem, o casal gerenciou os próprios recursos a partir de informações prévias sobre os lugares que poderiam oferecer material de construção de boa qualidade. Além de capital cultural, o casal demonstrou capital social, no sentido de conhecer os técnicos que pudessem executar a obra mediante relações de confiança. Além disso, o casal determinou a forma final da edificação, assim, o projeto de arquitetura tornou-se mais um manual de instruções de obra, menos um planejamento do espaço futuro. O casal empregou o recurso de morar e trabalhar no mesmo local, ao mesmo tempo em que se deslocam cada vez mais para expor os produtos em feiras em eventos nacionais e internacionais de grande projeção. Esse mesmo recurso é utilizado no caso das bordadeiras, que trabalham em casa e deslocam-se somente para os encontros quinzenais na associação. A exceção fica por conta de Dara e Maria. A associada Dara mora com o casal e os filhos na Maloca e a associada Maria, moradora da Vila Apolônia, frequentam o local constantemente. Ambas executam tarefas domésticas e auxiliam Luciano no cuidado com os filhos, quando Sandra viaja para expor os produtos na feira. Mas as associadas, que residem na Vila Apolônia e na Ocupação Dandara, autoproduziram o espaço de moradia, com recursos próprios, escassos e sem acesso ao conhecimento técnico. Diante dessa situação, o casal propôs ao grupo a experiência de crédito solidário para uma associada, Nilda reformar sua casa. O desejo é que essa experiência se repita, porém, com a assessoria de técnicos especializados. Por fim, embora o espaço da associação tenha sido concebido pelo casal, o seu uso pelos membros do grupo não oferece constrangimentos. De fato, as portas ficam abertas, desde o portão de chegada. No entanto, do ponto de vista das bordadeiras, a liberdade de ir e vir no espaço, e até mesmo de escolher a tarefa a ser realizada no grupo, configura uma liberdade restrita, considerando-se o universo de opções predefinidas, nos termos de Bourdieu (2011).

4. COLETIVO COSTUREIRAS

A história da associação de costureiras confunde-se com a história da comunidade Noiva do Cordeiro, onde ela está localizada. É impossível investigar o coletivo costureiras sem compreender a comunidade e o trabalho de reprodução que é realizado

por seus membros para garantir as condições de sobrevivência e o bem-estar de todos. Nesse estudo de caso, em especial, a racionalidade reprodutiva foi fundamental para a comunidade se emancipar de anos de pobreza material e política, advindas de relações de opressão de gênero determinadas por uma cultura patriarcal e por preceitos religiosos. Os achados desse estudo de caso confirmam a hipótese da importância da precedência da reprodução sobre a produção, na medida que essas descobertas ilustram a mobilização de mulheres, fundamentada em mediações primárias, frente às imposições de determinações heterônomas. Assim, a cultura matriarcal garante a posse da terra, o valor de uso do espaço sobrepoê ao valor de troca e as relações horizontais permitem o acesso às vantagens sociais que a comunidade oferece aos seus membros. Para melhor compreensão, apresento a comunidade na qual se insere o coletivo costureiras²¹. Os dados a seguir foram coletados em entrevistas realizadas com as integrantes da comunidade Rosalee, Arodi, Élide e Eliene. Rosalee é uma liderança da comunidade e a representa na Câmara de Vereadores do município de Belo Vale. Arodi é seu irmão e é o responsável pelos assuntos referentes à lavoura e à criação. As irmãs Élide e Eliene são responsáveis por agendar visitas e acompanhar os visitantes no local.

A comunidade está localizada na área rural do município de Belo Vale, próximo ao distrito de Roças Novas de Cima, distante 80 km de Belo Horizonte. A posse do terreno não está legalizada. Não existe escritura, apenas um documento de partilha. As terras onde Noiva do Cordeiro está localizada são de Geralcina Maria Fernandes, por sua vez herdadas do marido e do pai. A cada necessidade de nova construção, seja individual (residência) ou comunitária, é solicitada a ela uma autorização, concedida verbalmente. Parte da comunidade vive em um terreno menor, contíguo ao de Geralcina. Essa parte menor pertence a Maria Matuzinha Fernandes, cunhada de Geralcina. Há terras contíguas à comunidade que ainda pertencem aos membros da primeira geração, como aquelas de Vicente Fernandes, irmão de Geralcina, e de Gerson Fernandes, tio de Geralcina. A área destinada à lavoura não pertence à comunidade. O proprietário é Dário Alberto²², ao qual todos se referem como Chileno e quem autorizou o plantio. Em troca, o proprietário escolhe alguns produtos para seu sustento, mas não há uma medição da quantidade.

²¹ O grupo de costureiras originou-se de iniciativas de moradoras da comunidade que trabalhavam em suas residências, cada uma com sua máquina de costura, produzindo roupas para o uso próprio e de sua família e tapetes de retalhos de tecido. As costureiras também aceitavam encomendas da comunidade e da região. A ideia de produzirem para o mercado externo partiu de duas costureiras, que propuseram a união do trabalho de todas, de modo a aumentar a produção para a venda. Hoje a comunidade tem uma fábrica de *lingerie* que representa uma atividade produtiva, dentre outras realizadas na localidade. Além de produzir *lingerie*, tapetes e colchas para comercialização, a fábrica atende também às demandas internas de fabricação de fantasias para apresentações artísticas da comunidade.

²² Dario conheceu Noiva do Cordeiro há sete anos, casou-se com uma mulher da comunidade e mudou-se para lá. O proprietário expressou o desejo de vender a área e espera a comunidade adquirir o terreno através de crédito rural. Dario solicita um valor de cerca de R\$ 600.000,00 reais pela área, bem abaixo do valor de mercado, segundo depoimento de Rosalee (2013).

Élida estima que, em 2013, havia cerca de 300 pessoas morando na comunidade. O número de pessoas varia em função de se obter emprego ou não em Belo Horizonte. Delina é considerada a matriarca da comunidade. É neta de Maria Senhorinha e Francisco Fernandes, o casal que deu origem ao grupo e que foi casada com o pastor Anísio, fundador da hoje extinta igreja Noiva do Cordeiro. A comunidade expressa grande respeito e admiração por Delina. Suas atitudes são espelho para todos, segundo as entrevistadas. Suas solicitações sempre consideram o bem-estar de cada membro da comunidade: um mutirão para a construção da casa de alguém; um auxílio para o cuidado de um idoso etc. Pode-se inferir, a partir das questões anteriores, que na comunidade Noiva do Cordeiro as decisões são baseadas no universo da reprodução, sendo que este determina as decisões sobre a esfera da produção.

A história da comunidade tem forte relação com duas outras comunidades rurais de Minas Gerais: Monte Sião, em Montes Claros; e Mouras, em Desterro de Entre Rios²³. O pastor Anísio Pereira chegou à região nos anos 1940. Na ocasião, era pastor da Igreja Batista e discordou dela, fundando uma nova igreja denominada Noiva do Cordeiro. Em suas viagens pelo interior de Minas Gerais fundou as duas comunidades Noiva do Cordeiro, citadas anteriormente. No início, essas comunidades tinham um projeto comum de construção de comunidades religiosas. Com o tempo, todas essas comunidades romperam com a igreja, devido à rigidez dos preceitos religiosos. Dentre esses preceitos, a proibição de controle de natalidade foi percebida pelas mulheres como um obstáculo à reprodução da comunidade, pois o grupo não produzia alimentos suficientes para sanar a fome de todos. Mas percebe-se que a ética cristã de ajuda mútua permaneceu. Essa ética determinou a postura orientada para “a liberdade”, “o respeito” e para “trabalhar para viver”, e não o contrário: “morrer de tanto trabalhar”, nas palavras de Rosalee e Elida (2013).

O modo de vida comunitário²⁴ consiste na união atrelada à liberdade individual, e não ao individualismo. O que é um sistema livre? “Livre é a pessoa que se sente responsável e não espera ninguém mandar” (ROSALEE, 2013). “[...] quando as pessoas se preocupam, fazem de boa vontade” (ÉLIDA, 2013). O sistema comunitário ou o sistema de viver em comum é expresso pelas frases “aqui cada um quer para todo mun-

²³ O grupo mantém relação com essas comunidades, que possuem a mesma filosofia de vida, e preserva uma troca de recursos econômicos e não econômicos determinantes para a implementação de medidas para a sustentabilidade da comunidade. Exemplos dessa interação é o auxílio financeiro obtido para a compra de um repetidor (aparelho que potencializa o sinal de telefonia móvel), a visita de um técnico especializado para ensinar a fabricação de produtos de limpeza, a troca de produtos artesanais para venda na comunidade, como, por exemplo, o tapete de retalho produzido em tear, equipamento inexistente na Noiva do Cordeiro de Belo Vale.

²⁴ O sistema comunitário fica mais claro quando Rosalee (2013) exemplifica a história da lavoura. Diz que antigamente (não precisou a data) as famílias plantavam roças individuais. Elas perceberam que as tarefas rendiam mais quando uma família ajudava a outra. Com o tempo, a comunidade decidiu pela lavoura e horta comunitárias. Complementa lembrando que mesmo os moradores da comunidade que não têm o espírito comunitário, pois todos têm liberdade para decidir seu modo de vida, acabam usufruindo do bem comum, no caso, a horta comunitária. Conclui: “Não há como ser individual” (Rosalee, 2013).

do” (ROSALEE, 2013); “quando une, tudo fica mais forte” (ÉLIDA, 2013). Quando pergunto o que “cada um quer”, Élida (2013) responde “qualquer benefício”. Nesse sentido, pressupõe-se que todos da comunidade têm acesso às vantagens sociais, nos termos de Pedro Demo (1996).

Além da liberdade de escolha e da coletividade, outros preceitos determinam a postura cotidiana. A aprendizagem com outras gerações, com a história de vida anterior ou com a experiência de cada um é muito valorizada em todas as atividades da comunidade. Por exemplo, a escassez de alimentos em épocas passadas determinou a ideia de fartura. E explicam: “é necessário plantar a mais para remediar a seca, a chuva”. Outro exemplo são as novas construções comunitárias concebidas a partir de experiências prévias: o grupo de pedreiros e de carpinteiros, antes de planejar o espaço do refeitório comunitário, consultou a cozinheira sobre o que a deixava perturbada quando preparava a comida.

Existem na área várias residências, que abrigam duas ou três famílias de parentes-co próximo. As entrevistadas não souberam dizer quantas residências existem no local, mas a contagem na imagem de satélite datada de 2011 indica mais de 20, além de três dormitórios e a cozinha comunitária. Os três dormitórios (figuras 13, 14 e 15) são denominados pela comunidade de Casarão (sede da fazenda), que abriga visitantes ocasionais; Casa Mãe, onde mora Dona Delina, abrigando um salão multifuncional para eventos; e Casa Amarela. No pilotis da Casa Amarela há uma oficina, uma fábrica de produtos de limpeza e uma marcenaria de móveis rústicos. A área abriga também horta e criação comunitárias, fábrica de costura e fábrica de produtos de limpeza, paiol e outras construções para beneficiamento do milho, arroz etc. A antiga igreja Noiva do Cordeiro, construída em adobe, foi deteriorando-se com o tempo e a construção não existe mais. Hoje no local há o centro de lazer da comunidade, com lanchonete e campo de futebol gramado.

A experiência de vida também é valorizada através do teatro e, em menor grau, de filmagem de depoimentos realizada pelos próprios moradores, segundo dado coletado no *blog* (NOIVA DO CORDEIRO, 2013) da comunidade. Erick (2013), membro do grupo denominado Vídeo Noivas, acredita que o teatro, por emocionar mais as pessoas, tem um poder maior de sensibilizá-las para determinado tema: “O teatro emociona mais. E na questão da educação, por exemplo, o teatro passa melhor a mensagem que um vídeo. Os filmes funcionam mais como uma ferramenta documental do que de ensino, como uma prestação de contas para as pessoas” (NOIVAS DO CORDEIRO, 2008). O conhecimento também é adquirido pela forma tradicional: as crianças frequentam a escola municipal de Roças Novas de Cima. Paralelamente à educação formal e burocrática, denominada assim pela comunidade, há também a formação das crianças nos valores comunitários. Uma pessoa da comunidade trabalha nessa formação, todos os dias, por cerca de duas horas. Há aproximadamente 50 crianças vivendo na comu-

nidade. No casarão organizaram um cantinho para elas, que perfaziam um total de 20. Elas assistem à TV, dormem no tapete próximo à TV, brincam em um canto da sala e estudam com a professora Cláudia. Há poucos adolescentes, em função do controle de natalidade iniciado logo após o fechamento da igreja, cujo pastor até então não permitia essa prática.

Há vários tipos de manifestações artísticas²⁵: grupo de quadrilha Harmonia, *Lady Gaga Cover* e as bailarinas, a dupla sertaneja Márcia e Maciel, a dupla de dança Zé da Boneca, grupo de dançarinos Os predadores do futuro, o casal de dança Cravo & Yasmin, Coral e Teatro Infantil Vida Feliz, grupo de *ballet* Flor da Noiva, Coral adulto, grupo de teatro Quinta Geração, os três violeiros e um sanfoneiro Os incríveis, o *Stand Up* de Canela e os repentistas Tinki&Lavê. A comunidade reúne-se nos sábados para apresentações artísticas no espaço multifuncional, em um encontro iniciado às 18h e denominado Sábado da Viola. Além dessas apresentações, a comunidade celebra aniversários, casamentos e realiza outras manifestações espontâneas de demonstração de afeto entre eles (pedido de desculpas, solicitações de namoro, expressão de gratidão etc).

Rosalee (2013) esclarece que o conhecimento foi uma forma que as mulheres encontraram para questionar os preceitos rígidos do pastor evangélico, seu pai. Segundo ela, ele estudava todas as religiões para provar que a sua era a melhor. Ela percebeu, nessa atitude do pai, a forma de questioná-lo. Assim, as mulheres organizaram grupos de estudo para buscar contra-argumentos. Essa prática permanece até hoje e a comunidade encontra-se para discutir determinados assuntos, principalmente, através de jogos, denominados jogos de conhecimento. Após decidirem um tema, buscam na *Internet* informações para elaborar perguntas, que são dirigidas às equipes.

Há outros tipos de encontros, além dos jogos. Quando há uma questão que a comunidade precisa discutir e decidir, convocam-se os moradores de Noiva do Cordeiro, através de bilhetes. Não há uma periodicidade das reuniões, somente quando é necessário, conforme explica Eliene (2013). Rosalee (2013) também esclarece que não há necessidade de registrar as reuniões em atas. Ela argumenta que se algo já foi discutido e decidido por todos que participaram das reuniões, então a palavra vale mais que um documento.

²⁵ O arquiteto e coreógrafo Raul Belém Machado, pessoa que era muito próxima da comunidade, havia oferecido o projeto de um Centro Cultural para o local. Mas Rosalee não obteve recursos para executá-lo. Ela fez questão de nos mostrar o projeto do Centro Cultural. Conta que irá modificar a área destinada ao espaço multifuncional. Diz que prefere o espaço monofuncional, para evitar modificar o leiaute a cada nova atividade, o que é muito cansativo. Rosalee já esteve com a sócia de Raul Belém Machado, após a morte dele. A sócia afirmou que quando o projeto obtiver recursos fará a modificação do espaço multifuncional para a comunidade. O projeto pareceu-me muito grande para o local. Mesmo com bom número de atrações culturais, fiquei em dúvida se haveria a quantidade de público esperado. Além disso, a fachada envidraçada é mais comum em uma paisagem urbana.

	
<p>FIGURA 11 – O casarão antigo funciona como um dormitório para visitas periódicas Fonte: Elaboração própria (2013)</p>	<p>FIGURA 12 – Residências de famílias estendidas Fonte: Elaboração própria (2013)</p>

Com o tempo, as comunidades vizinhas aprenderam a compreender e reconhecer os valores e a filosofia comunitária. Vários eventos possibilitaram essa interação. A instalação de oito computadores na comunidade em 2006, financiados pela Companhia Vale do Rio Doce, permitiu que outras comunidades próximas pudessem conhecer Noiva do Cordeiro. No início o projeto era itinerante e a comunidade levava os computadores e o mobiliário (mesa e cadeira). Uma primeira reportagem do jornal Estado de Minas, no mesmo ano, intitulada *Sotaque rural*, contribuiu para divulgar o projeto e a comunidade, já que era a primeira escola de informática na zona rural de Minas Gerais. Outra reportagem foi realizada pelo Estado de Minas, denominada *Herança de preconceito*. Em 2008, uma equipe do canal de televisão GNT foi ao local realizar um documentário, promovendo a comunidade em rede nacional (NOIVAS DO CORDEIRO, 2008). Percebe-se que a iniciativa do Centro de Informática e Desenvolvimento de Educação Comunitária (CIDEC) possibilitou o reconhecimento da capacidade de organização de Noiva do Cordeiro pelas comunidades vizinhas. Parece que essa capacidade tem relação com o isolamento da comunidade, que buscou soluções para suas questões do dia a dia, sem contar com ajuda externa.

Outra evidência de capacidade de organização e de busca de informação da comunidade refere-se à eleição de Rosalee para vereadora no município de Belo Vale. Diante das dificuldades dos membros da comunidade de terem acesso aos serviços e equipamentos públicos do município, bem como de serem beneficiados com recursos públicos, a comunidade elaborou a estratégia de um de seus membros se candidatar a uma vaga na câmara municipal, considerando-se que a quantidade de moradores na comunidade, em torno de 300, era suficiente para eleger a candidato, no caso Rosalee, com número suficientes de votos. Um indício de que a comunidade já superou os anos de isolamento são os frequentes convites de comunidades vizinhas para apresentação de números artísticos. Um exemplo é a realização da festa de quadrilha no mês de junho. Membros de outras

comunidades, ao conhecerem a festa, convidaram Noiva do Cordeiro para se apresentar nos seus municípios.

Os membros da comunidade ocupam-se da lavoura, da horta comunitária, da criação de animais, além de atividades domésticas como o preparo de comida, cuidado de crianças e idosos, de lazer, como teatro, dança e música, da construção de edificações e de atividades burocráticas, como formalização da associação e elaboração de projetos para obtenção de recursos junto a instituições. A comunidade produz grande parte do próprio alimento, sendo que quando há excedente a produção é vendida, mas não há um comprador fixo. Em regime de mutirão, a comunidade realiza o plantio, a capina e a colheita. Essas atividades exigem maior número de pessoas, informadas sobre as datas através de quadro de aviso na cozinha comunitária e busca de informação entre elas mesmas. O processamento dos alimentos, evidentemente, é feito no local. A comunidade possui moinho de milho, beneficiamento de arroz e outras máquinas para processar café etc. Poucos alimentos são comprados, como macarrão, tempero, sal, açúcar e óleo.

Não há regras, mas há uma divisão de gênero do trabalho, em função de tarefas que exigem esforço físico. As mulheres ficam encarregadas de cuidar das lavouras, das atividades domésticas e do cuidado com crianças e idosos. Cabem aos homens os trabalhos pesados como pavimentação de ruas, construção de casas. As mulheres também participam da construção de casas, mas em tarefas realizadas em mutirão, como o lançamento de concreto em valas de fundação ou em formas de laje, amarração de ferragem e lançamento de telhas para cobertura. Esse último tipo de trabalho é denominado de trabalho de formiguinha por Élide. Outras tarefas relatadas por Eliene na construção são pintura, lixamento, peneiramento de areia etc. O regime de mutirão é empregado em atividades como colheita na lavoura, corte de lenha e limpeza do terreno. Mas os homens são em menor quantidade, porque uma estratégia para a sustentabilidade econômica da comunidade é o trabalho assalariado em Belo Horizonte²⁶.

Como mencionado anteriormente, as atividades de reprodução são também organizadas segundo o espírito comunitário. Cada um decide o que prefere realizar, mas há um planejamento das atividades. Por exemplo, lava-se roupa três vezes por semana. As tarefas domésticas são feitas por um membro específico, segundo seu interesse. A cozinheira, por exemplo, escolheu esta atividade, pela preferência. Mas há um *exército* de mulheres que a auxiliam no preparo dos alimentos. A limpeza dos grãos é realizada pelas idosas do grupo, na área de serviço da cozinha comunitária: elas trabalham sentadas e aproveitam a luz natural da área coberta. Eliene (2013) explica que nem sempre as mulheres fazem essa atividade, executam-na em função do período de safra do feijão.

²⁶ Há uma casa de apoio em Belo Horizonte para auxiliar as pessoas que trabalham na cidade, onde um casal cuida dos homens que moram no local, lavando roupa e preparando comida. Élide (2013) relata o exemplo de seu marido, que antigamente trabalhava em Belo Horizonte, mas sempre desejou voltar para a comunidade. Ele prestou concurso em um município vizinho a Belo Vale e hoje, apesar de ser bem menos remunerado, tem uma qualidade de vida melhor, morando na comunidade.

As tarefas de cuidado com crianças também são definidas segundo a preferência de cada um. No entanto, o trato com os idosos, sem parentesco feminino, é realizado em regime de rodízio.

Há várias fontes de recursos econômicos: excedente da lavoura (quando têm), produtos das fábricas, salários dos maridos que trabalham em Belo Horizonte, projetos institucionais, empréstimo de outras comunidades Noiva do Cordeiro, turismo local, além de aposentadorias e bolsas família. Os recursos são aplicados na própria comunidade. As cadeiras do centro de informática, por exemplo, foram adquiridas com a venda dos produtos da fábrica de *lingerie*. Quando surgem oportunidades para os grupos artísticos apresentarem-se fora da comunidade, o cachê é dividido entre os membros, retirando-se a despesa com deslocamento e alimentação. Outra fonte de recursos muito comum é a *vaquinha*. Sempre que há necessidade de empreender algo, uma nova construção ou a aquisição de mobiliário, os membros da comunidade mobilizam seus esforços, seja doando dinheiro ou ocupando-se com uma tarefa específica no tempo livre, por exemplo, atuando na construção. Há situações também em que as sobras da fábrica de *lingerie* e de produtos de limpeza são parcialmente destinadas a esses empreendimentos. De modo geral, quando surge uma demanda, todos da comunidade mobilizam-se para levantar os recursos necessários. Desse modo, a *vaquinha* é composta por recursos econômicos e não econômicos.

Outra fonte de recursos são os projetos de geração de renda financiados por instituições governamentais e privadas. A Vale do Rio Doce aprovou três projetos na comunidade, um de informática e dois de cursos de teatro e música. A Secretaria de Desenvolvimento Social (SEDESE) forneceu cursos de culinária, design e criação, corte e costura e de gestão de pequenos negócios. A comunidade reclama muito da burocracia exigida pelas instituições para financiar os projetos, bem como aquela exigida pela Prefeitura para obter alvará de funcionamento das fábricas.

A comunidade também explora o turismo local. Essas atividades são distribuídas entre os membros da comunidade, segundo a preferência e a habilidade de cada um. O tempo de trabalho é determinado livremente, e cada um se esforça segundo a demanda, sem estipular metas, mas identificando a necessidade ou não de prolongar a jornada. Aqui também foram identificados pelo menos dois tipos de regime de trabalho: mutirão, quando há muita demanda em um curto espaço de tempo; e escala, quando há um rodízio devido à necessidade de descanso.

O turismo local é uma atividade remunerada em função do tempo disponibilizado para receber os visitantes. Desde a divulgação das reportagens do jornal Estado de Minas (2006) e do documentário da GNT (2008), muitos curiosos vão até Noiva do Cordeiro conhecer o modo de vida comunitário. Um dos visitantes sugeriu que a comunidade deveria cobrar pela comida fornecida. Élida (2013) afirma que “o turis-

mo caiu de paraquedas” e que a comunidade não realiza divulgação. No entanto, para receber todos os visitantes como gostaria, dando-lhes a atenção devida e considerando que viajam por muito tempo para conhecer Noiva do Cordeiro, a comunidade passou a organizar-se, disponibilizando pessoas e tempo para essa função. Quando o visitante entra em contato por telefone, a visita é agendada segundo a disponibilidade, sem interromper o ritmo diário de atividades. Élide (2013) argumenta que todos ali trabalham muito nas atividades de subsistência e que precisam, portanto, organizar-se para receber essas visitas. A comunidade resolveu aceitar a sugestão do visitante e começou a cobrar R\$ 30,00 pelo café da manhã, almoço e lanche da tarde. Quando a visita vem de longe, é usual pernoitar no local.

A comunidade apresenta várias estratégias para a produção do espaço. O caráter coletivo desse espaço produzido ficou evidente neste estudo de caso. Os recursos empregados diferem-se, de acordo com o uso comunitário, em espaço de uso coletivo da comunidade e da família estendida que inclui maior número de parentes. Os aparatos empregados para a produção do espaço de uso coletivo são próprios de uma sociedade précapitalista, como o mutirão, a vaquinha, os efeitos úteis do trabalho combinado, nos termos empregados por Marx (2010), como a emulação, a elevação da potência mecânica, a ampliação ou a redução do espaço de trabalho, a poupança dos meios de produção. A comunidade também recorre ao capital social para obtenção de recursos econômicos junto a outras comunidades Noiva do Cordeiro e instâncias de decisão política. O capital cultural é utilizado, no sentido de a comunidade apresentar disposição para o aprendizado e converter as manifestações artísticas em bem-estar para os moradores. O capital simbólico é explorado pelas atividades de turismo local. Outro recurso usado na produção do espaço é a experiência anterior no uso e a simulação no local de situação futura. A produção do espaço da fábrica, por exemplo, contou com o auxílio da Prefeitura, que disponibilizou o material e a mão de obra para a construção do galpão, com a disponibilidade dos moradores para construir o anexo, em regime de mutirão, e com as sobras das vendas dos produtos da fábrica, o que possibilitou a compra de novos equipamentos.

O caráter coletivo da produção do espaço indica a precedência do universo da reprodução sobre a produção. As decisões são tomadas visando o bem-estar da comunidade. A acumulação de capital coletivo proporcionou distinção da comunidade em relação aos seus vizinhos, que em um passado recente a desqualificavam. No entanto, nas visitas à comunidade em junho e setembro de 2013, eu e a equipe do MOM constatamos um aumento considerável de comercialização das atividades genuínas da comunidade, como as apresentações artísticas, que cada vez mais são contratadas para eventos externos; a lavoura que, além de subsistência, hoje é também comercial; e o próprio modo de vida comunitário, que paulatinamente exige mais tempo e pessoas da comunidade envolvidas com a atividade de turismo.

CONCLUSÃO

A precedência da reprodução sobre a produção (KAPP E LINO, 2008) é constatada nos casos estudados a partir da dependência que os membros dos coletivos de trabalho, assim como o ser humano em geral, têm das atividades de cuidado e proteção (DÍAZ, 2010). A partir da premissa de que o espaço contém, determina e dissimula as relações sociais (LEFEVBRE, 1991), essa dependência se reflete de forma negativa ou positiva também na produção do espaço por esses grupos. Formas negativas de dependência consistem na vulnerabilidade individual ou social a que os membros dos coletivos de trabalho estão submetidos. Já formas positivas consistem na capacidade de cada grupo criar vínculos sociais com alguma autonomia, fundamentados na esfera da reprodução.

Neste artigo, apresentei os aspectos da produção do espaço pelos coletivos de trabalho que evidenciam a precedência da reprodução sobre a produção e o seu caráter ambíguo, entre formas positivas e negativas de dependência. A expressão racionalidade reprodutivista indica essa precedência e a sentença racionalidade produtivista indica a lógica que subjuga a reprodução às determinações da produção. De modo a evitar interpretações equivocadas na análise dos dados da pesquisa de campo, é fundamental esclarecer que a racionalidade reprodutivista não é concebida a partir da oposição em relação à racionalidade produtivista, ou seja, não se trata de adotar os estereótipos da mulher solidária, bondosa e caridosa e do homem econômico, frio e calculista. Esterótipos que correspondem ao mero reconhecimento do papel da mulher ou, pior, da mulher guerreira na reprodução da força de trabalho e que não desmancham as perversas relações de gênero em uma sociedade capitalista, pois continua atribuindo às mulheres a responsabilidade pela reprodução, em vez de possibilitar produção e reprodução da vida por (re)produtore/as livremente associado/as. Também não se trata de idealizar a construção de vínculos sociais na esfera da reprodução, pois ela não ocorre sem conflitos. Os casos estudados mostram, ao contrário, a ambiguidade dessa construção, bem como os conflitos que os membros dos coletivos de trabalho, mulheres ou homens, enfrentam em seu cotidiano na esfera da reprodução.

REFERÊNCIAS

- BALTAZAR, Ana Paula; KAPP, Silke. Por uma Arquitetura não planejada: o arquiteto como designer de interfaces e o usuário como produtor de espaços. *Impulso*. Piracicaba, v. 17, p. 93-103, 2006.
- BOURDIEU, Pierre. *A Distinção: crítica social do julgamento*. 2. ed. Porto Alegre: Zouk, 2011.
- DEMO, Pedro. *Pobreza política*. Campinas: Autores Associados, 1996.
- DÍAZ, Natalia Quiroga. ¿De que crisis estamos hablando? Cuestionamientos y propuestas a la política de activos desde la economía feminista y la economía social. In: CORAGGIO José Luis; COSTANZO, Valeria (ed.). *Mentiras y verdades del «capital de los pobres»*. Perspectivas desde la Economía Social y Solidaria. Buenos Aires: Imago Mundi, 2010.

FACES DO BRAIL PLATAFORMA DE ARTICULAÇÃO DO COMÉRCIO JUSTO E SOLIDÁRIO. Disponível em: <http://www.facesdobrasil.org.br/motivacaomissaocamposdeatuacao.html>). Acesso em: ago 2013.

KAPP, Silke; LINO, Sulamita Fonseca. Na Cozinha dos Modernos. *Cadernos de Arquitetura e Urbanismo*. Belo Horizonte, v.15, n.16, jan./jun., 2008.

LEFEBVRE, Henri. *The production of space*. Londres: Oxford (R.U.); Cambridge, 1991..

MARX, Karl. *O Capital*. Crítica da Economia Política. 27. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. l. 1, v. 1

MÉSZÁROS, István. *A teoria da alienação em Marx*. São Paulo: Boitempo, 2006.

MÉSZÁROS, István. *Para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2011.

MOURA, Letícia Campos de. 2012. *Produção do espaço de economia solidária – estudo de caso de associações comunitárias*. Relatório de pesquisa. Escola de Design, Universidade Estadual de Minas Gerais, Belo Horizonte.

NOIVA DO CORDEIRO. *Blog*. Disponível em http://noivadocordeiro.zip.net/galeria_e_textos/. Acesso em: abr 2013.

NOIVAS DO CORDEIRO. *Video*. Direção: Alfredo Alves. Rio de Janeiro: GNT, 2008. (2h 42min). Disponível em: <http://portal.mda.gov.br/portal/tvmda/videos-view?video_id=12022899>. Acesso em: jun 2013.

SOARES, Talita Marques. 2012. *Produção do espaço de economia solidária – estudo de caso de associação de triagem de RSU*. Relatório de pesquisa. Escola de Design, Universidade Estadual de Minas Gerais, Belo Horizonte.

SOUZA, Jessé (Coord.). *A ralé brasileira: quem é e como vive*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

SOUZA, Jessé (Coord.). *Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora?* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.